



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00000984/2023-80

Assunto: Protocolos SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

UNIDADE: Superintendência da Polícia Técnico-Científica - SPTC

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso ao quantitativo de apreensão de cada tipo de NBome por município de São Paulo, ano a ano, em toda a série histórica disponível. Demanda atendida. Perda de objeto.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00220/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica - SPTC, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão encaminhou planilha com levantamento de todos os dados relativos aos exames com resultados positivos para a substância NBOME. Em recurso o solicitante alegou que havia divergência entre os dados fornecidos no presente pedido de informação e os dados disponibilizados em outros protocolos sobre o mesmo assunto e o órgão: (i) esclareceu que houve um erro na compilação dos dados contidos nas planilhas encaminhadas nos protocolos SICs [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]; (ii) informou que havia corrigido as informações na planilha enviada através deste pedido e (iii) ressaltou que os outros levantamentos deveriam ser desconsiderados: *"Pedimos que considere apenas a nova tabela aqui enviada, desconsiderando a anterior questionada."* Insatisfeito o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão prestou esclarecimentos complementares e reiterou que apenas os dados contidos na planilha fornecida no presente pedido devem ser considerados. Cientificado, o cidadão não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento das demandas, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que o órgão atendeu ao pedido do interessado e prestou esclarecimentos acerca de todos os pedidos análogos realizados pelo requerente, atendendo ao pedido do interessado, julgo prejudicado o recurso, por **perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 27 de junho de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 27/06/2023, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site